

SUMÁRIO

BEM PARTICULAR

Doação com encargos de cascalhos à Prefeitura. Impactos financeiros ao erário. Necessidade de apuração dos custos para demonstrar a vantajosidade, bem como de procedimento que garanta a participação de outros interessados. Considerações. 13

Fernanda Cristina Torres Lusvarghi

BEM PÚBLICO

Área remanescente. Pedido de gravame de servidão de passagem para atender interesse particular. Instrumento incabível para bem público. Abertura de via pública como alternativa. 20

Maria Theresa Camillo De Martini

CÂMARA MUNICIPAL

Vereador. Processo de cassação. Decisão favorável. Consequências eleitorais e administrativas na posse do novo mandato pelo o qual foi eleito. Exame. 22

Clarissa Boscaïne

CONCURSO PÚBLICO

Servidor Estatutário. Concurso Público. Quadro do Magistério. Exame Psicológico. Necessidade de previsão em lei local e no edital do certame. Considerações 29

Patricia Forte Nunes

CONTRATO

Contrato Administrativo. Empresa. Alteração societária e extinção do CNPJ. Ponderações e requisitos. 37

Luciane Tavano da Rocha Melquiades

Contrato administrativo. Alteração de cláusula sobre reuniões presenciais. Realização por videoconferência. Considerações jurídicas e operacionais. 45

Sidnei Silva Souza

Execução de obra. Construção de ponte para ligação de Municípios situados em diferentes Estados. Convênio. Considerações 50

Sidnei Silva Souza

Prestação de serviços. Contrato de escopo. Irregularidades na execução. Prazo de vigência. Ponderações sobre as hipóteses de rescisão unilateral e prorrogação e suspensão contratual 56

Luciane Tavano da Rocha Melquiades

CONSELHO TUTELAR

Conselho Tutelar. Parentesco com membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Inexistência de impedimento. Órgãos que não têm subordinação. Necessidade de alteração da legislação local para essa finalidade 64

Ana Luiza T. Siqueira Lazzarini

CONSÓRCIO PÚBLICO

Serviço de Inspeção Municipal. Implantação por meio de consórcio. Possibilidade desde que seja constituído por pessoa de direito público. 70

Ana Luiza T. Siqueira Lazzarini

CONTROLE INTERNO

Quebra da ordem cronológica. Providências a serem tomadas pelo controle interno. Considerações sobre o artigo 141 da nova Lei de Licitações..... 78

Giselle Gomes Bezerra

CULTURA

Cultura. Lei Aldir Blanc. Remanejamento de recursos entre diferentes projetos. Possibilidade 83

Isabela Giglio

EMENDAS IMPOSITIVAS E TRANSFERÊNCIAS

Emenda parlamentar federal. Transferência especial. Procedimento específico a ser observado. Incabível a realização de empenho global no caso concreto 85

Matheus Della Monica

Emendas impositivas. Descumprimento. Penalidades e consequências para o Município e gestores envolvidos. Procedimentos para minimizar riscos e garantir a conformidade com a legislação aplicável 89

Fernanda Monteiro Miura

Emendas impositivas. Lei Orgânica com dispositivos incompatíveis entre si e inconstitucionais. Execução do objeto das emendas impositivas até o final do exercício financeiro de 2024. Ausência de vedação à inscrição das despesas em restos a pagar. Impedimentos de ordem técnica nas emendas propostas ao PLOA/2025 92

Matheus Della Monica

GESTÃO FINANCEIRA

Gratificação natalina. Majoração. Último ano de mandato. Período de vedação. Impossibilidade 99

Fabiana Medeiros Melo Okano

Securitização da dívida ativa 103

José Carlos Polo

Fundos de Saúde. Princípio da Dotação. Transferência. Transposição. Saldos remanescentes 114

Fernanda Monteiro Miura

Licitação. Uniformes escolares para janeiro de 2025. Pagamento que correrá à conta de orçamento futuro. Necessidade de compatibilidade com o PLOA/2025, a LDO/2025 e o PCA/2025 122

Matheus Della Monica

LICITAÇÃO

Contratação de Plataforma Privada para realização de procedimento licitatório e a Lei Federal nº 14.133/2021 125

Elisangela Fernandes Reis Silva e Camila Guimarães Silva

O Parecer Jurídico e a Nova Lei de Licitações: Importante manifestação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo..... 129

Elisangela Fernandes Reis Silva

Dispensa. Compras pela internet. Necessidade ampla pesquisa de preços e do pagamento antecipado. Orientação 133

Rodrigo Coelho Melaré

PODER DE POLÍCIA

Eventos temporários (festas). Necessidade de prévia licença da Prefeitura para sua realização quando envolve atividade comercial de venda de ingressos, ainda que realizado em residências. Exame dos critérios necessários para a obtenção do alvará, inclusive quando envolver menores 141

Fernanda Cristina Torres Lusvarghi

PRECATÓRIO

Requisitório de pequeno valor (RPV). Atualização. Inaplicabilidade da taxa Selic no período de graça. Forma adequada de cálculo. Exame do Tema nº 1.335 do STF e da Emenda Constitucional nº 113/2021..... 153

Giselle Gomes Bezerra

PROTEÇÃO DOS DADOS

LGPD. Agência reguladora. Acesso aos dados relativos dos usuários dos serviços públicos concedidos. Possibilidade por se tratar de atividade intrínseca da autarquia. Necessidade da adoção de medidas de tratamento adequado dos dados pessoais e sensíveis. 161

Maria Theresa Camillo De Martini

SAÚDE

Saúde. Repasses a entidade sem fins lucrativos. Valores previstos na Tabela SUS. Orientação..... 166

Isabela Giglio

Fundos de Saúde. Princípio da Dotação. Transferência. Transposição. Saldos remanescentes. 171

Fernanda Monteiro Miura

SERVIDOR PÚBLICO

Empregados públicos. Instituição de vale-refeição para os servidores e comissionados da Edilidade. Considerações.....179

Daniella Caetano Landim

Gratificação. Declaração de inconstitucionalidade. Contribuições previdenciárias cobradas sobre a verba. Análise.....187

Lucianne Pedroso

Guarda Municipal. Gratificação especial. Questionamento do MP/SP. Considerações. Orientações194

Daniella Caetano Landim

Comissionados puros. Adicional por tempo de serviço, sexta parte e licença-prêmio. Impossibilidade. Posicionamento do TCE/SP. Considerações.....199

Lucianne Pedroso

Servidor Celetista. Servidores comissionados contratados pelo regramento da CLT. FGTS. Recolhimento obrigatório. Análise e considerações.....210

Rodrigo Garone Gulin

TRIBUTO MUNICIPAL

Crédito Tributário executado inferior a R\$ 10.000,00. Extinção do processo sem resolução do mérito com base na Resolução CNJ nº 547/2024. Contagem do prazo prescricional para a propositura de nova execução. Possibilidade de baixa na hipótese de prescrição.217

Daniela Marcellino dos Santos

Dação em pagamento. Imóvel por dívida de IPTU. Registro em contas orçamentárias222

Elizabeth Toshiko Horie

Simples Nacional. Escritórios de serviços contábeis. Recolhimento do ISS em valor fixo. Possibilidade227

Patrícia Seco Torres

IPTU. Créditos anteriores à regularização fundiária de interesse social (Reurb-S). Concessão de remissão. Possibilidade mediante a edição de lei específica e desde que observado o artigo 14 da LRF..... 232

Patrícia Seco Torres

IPTU. Loteamento. Marco temporal para o lançamento individualizado. Necessidade de emissão do Termo de Verificação e Execução de Obras (Lei Federal nº 14.620/2023). Possível alteração da jurisprudência 239

Mara Guimarães Dantas

Taxa de publicidade. Identificação feita em veículos de aplicativos, de frota empresarial e de concessionária. Ausência de propósito propagandístico apto a ensejar a cobrança do referido tributo 243

Vanessa de Barros Fuster

Taxas de licença. Poder de polícia administrativa. Contribuinte formalizado como MEI. Dispensa de pagamento dos custos decorrentes dos atos de abertura, funcionamento, baixa e encerramento da atividade econômica prevista na LC 123/2006 250

Patrícia Seco Torres